

Segunda-feira, 09/09/2019

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A FAZER LEVANTAMENTO "IN LOCO", BEM COMO ACOMPANHAR E FISCALIZAR OS FATOS RELATIVOS À RETOMADA PELO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT) DA RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DA OBRA VIÁRIA DO CONTORNO DO MESTRE ÁLVARO, NA SERRA, GRANDE VITÓRIA, ES
OBRA VIÁRIA DO CONTORNO DO MESTRE ÁLVARO, NA SERRA, GRANDE VITÓRIA/ES
AUDIÊNCIA
Câmara Municipal da Serra/ES - Plenário
Às 08h30

TEMA: "Impactos da Obra do Contorno do Mestre Álvaro para a Serra/ES".

PLENÁRIO
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
COMISSÃO GERAL
Às 09h00

DESTINADA A DEBATER O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Terça-feira, 10/09/2019

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - CAPADR
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário 06
Às 10h00

Tema: O fechamento de unidades da rede de armazéns da Conab.

- ✓ **Bruno Scalon Cordeiro**, Diretor de Operações e Abastecimento da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB;
- ✓ **Antoninho Rovarís**, Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag;
- ✓ **Marcos Rochinski**, Presidente da Coordenação da Confederação Nacional da Agricultura Familiar do Brasil - Contraf;
- ✓ Representante do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1646, DE 2019, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ESTABELECE MEDIDAS PARA O COMBATE AO DEVEDOR CONTUMAZ E DE FORTALECIMENTO DA COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA E ALTERA A LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980, A LEI Nº 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992, E A LEI Nº 9.430, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1996"

DEVEDOR CONTUMAZ

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Plenário A definir

Às 11h00

TEMA: "Impactos do Projeto de Lei nº 1646/2019 no Setor Produtivo".

Convidados:

- ✓ **Bruno Murat do Pillar**, Advogado da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;
- ✓ **Gustavo do Amaral Martins**, Advogado Especialista da Confederação Nacional das Indústrias – CNI;
- ✓ **João Martins da Silva Junior**, Presidente da Confederação da Agricultura do Brasil – CNA.

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS

Sala de Reunião da Mesa

Às 14h00

O estudo tem como objetivo avaliar o impacto do crescimento urbano no transporte público, segurança, mobilidade, educação e serviços públicos em geral e sugerir inovações em todas as dimensões, de forma a garantir melhoria de qualidade de vida da população, sempre com foco na cidadania e no bem-estar das pessoas. Espera-se conhecer projetos com aplicações práticas de soluções tecnológicas disponíveis na integração dos serviços públicos visando à solução de problemas e o desenvolvimento urbano nas cidades. O propósito da reunião é saber como essas soluções influenciaram as experiências práticas realizadas em municípios para subsidiar o estudo sobre Cidades Inteligentes que está sendo desenvolvido na Câmara dos Deputados.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - CCJC

REUNIÃO ORDINÁRIA

Plenário 01

Às 14h00

1 - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 438/2018 - do Sr. Pedro Paulo - que "altera os arts. 37; 167, III; 168 e 239 da Constituição Federal e acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os arts. 36-B e 115, para conter o crescimento das despesas obrigatórias, regulamentar a regra de ouro, instituir plano de revisão das despesas, e dar outras providências".

RELATOR: Deputado SÓSTENES CAVALCANTE.

PARECER: pela admissibilidade.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Plenário 07

Às 14h00

Tema: Comercialização de Pneus Remold.

Convidados:

- ✓ **Angela Flôres Furtado**, Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro;
- ✓ **Daniel Mariz Tavares**, Coordenador-Geral de Segurança Viária – Denatran;
- ✓ **Marcos Zaven Femanian**, Presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motociclistas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares – Abraciclo;
- ✓ **Orlando Cesar Leone**, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes e Atacadistas de Motopeças – Anfamoto;
- ✓ **Paulo César Bitarães**, Presidente do Sindicato das Empresas de Revenda e Prestação de Serviços de Reforma de Pneus e Similares do Estado de Minas Gerais – Sindipneus;
- ✓ **Roberto Falkenstei**, Representante da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – Anip.

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES
Conjunta das Comissões CDHM, CREDN e CVT
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário 11
Às 14h00

Tema: Pistas de pouso em terras indígenas e aeródromos na região amazônica.

Convidados:

- ✓ **José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz** - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;
- ✓ **Fernando Azevedo e Silva** - Ministro de Estado da Defesa;
- ✓ **Raquel Dodge** - Procuradora-Geral do Ministério Público Federal;
- ✓ **Alcir Amaral Teixeira** - Diretor de Proteção Territorial Substituto da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
- ✓ **Kutanán Waiapi Waiana** - Coordenador Executivo da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará – APOIANP.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - CTASP
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário 12
Às 14h00

Tema: Impactos da indústria 4.0 na sociedade e no mundo do trabalho.

Convidados:

- ✓ **Ricardo Antunes**, Professor titular da UNICAMP;
- ✓ **Clemente Ganz Lúcio**, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - Dieese.

COMISSÃO ESPECIAL PARA PROPOR O CÓDIGO BRASILEIRO DE ENERGIA ELÉTRICA
CESP - CÓDIGO BRASILEIRO DE ENERGIA ELÉTRICA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário A definir
Às 14h30

TEMA: "Audiência Pública e Deliberação de Requerimentos"

Convidados:

- ✓ **Leandro Caixeta Moreira**, Subsecretário da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia;
- ✓ **Thiago Veloso**, Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

CPI - PRÁTICAS ILÍCITAS NO AMBITO DO BNDES
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário 06
Às 14h30

Tomada de Depoimento do Senhor Fernando Mendonça França, Empresário.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 45-A, DE 2019, DO SRº BALEIA ROSSI E OUTROS, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

PEC 045/19 - REFORMA TRIBUTÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário 02
Às 14h30

Tema: O Federalismo na Reforma Tributária.

Convidados:

- ✓ **Rafael Tajra Fonteles**, Presidente do Comitê de Secretários da Fazenda (Comsefaz);
- ✓ **Henrique Meirelles**, Secretário de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo;
- ✓ **Marcos Cintra**, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil;
- ✓ **Glademir Aroldi**, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM);
- ✓ **Gilberto Perre**, Secretário-Executivo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP).

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3453, DE 2008, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA O ART. 116 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, PARA CONDICIONAR A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO A PRÉVIO PROCESSO SELETIVO", E APENSADOS

PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário 08
Às 14h30

TEMA: "PPPs, Concessões Públicas e Fundos de Investimentos em Infraestrutura".

Convidados:

- ✓ **Tarcisio Gomes de Freitas** - Ministro de Estado da Infraestrutura;
- ✓ **Martha Seillier** - Secretária Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR PROPOSIÇÕES QUE TRATEM DA CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS TRIBUTÁRIOS, FINANCEIROS E CREDITÍCIOS

CESP - SUBSÍDIOS TRIBUTÁRIOS E CREDITÍCIOS

AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário 13
Às 15h00

TEMA: "Subsídios tributários relativos à Agricultura e Agroindústria".

Convidados:

- ✓ Representante do Ministério da Economia;
- ✓ Representante do Ministério da Agricultura;
- ✓ **Renato Conchon**, representante da Confederação Nacional da Agricultura.

PL 4881/12 - POLÍTICA DE MOBILIDADE URBANA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
Plenário A Definir
Às 15h00

Tema: Trens e Metrô.

Convidados:

- ✓ **Silvani Alves Pereira** - Presidente da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô de São Paulo);
- ✓ **Joubert Fortes Flores Filho** - Presidente do Conselho da ANP Trilhos;
- ✓ **Eduardo Haddad** - Pesquisador e professor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE);
- ✓ **Sergio Avelleda** - Ex-Presidente da CPTM e do Metrô de São Paulo.

PLENÁRIO
Às 14h00
ORDEM DO DIA: 16h00

2 - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 887, DE 2019 (DO PODER EXECUTIVO) Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 887, de 2019, que autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa, do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial; tendo parecer da Comissão Mista, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação. **(Relator: Dep. Gustavo Fruet).**

PRAZO NA CÂMARA: 23/07/2019

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 10/08/2019

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 24/08/2019

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: **23/10/2019** (Retificado em virtude da não interrupção da sessão legislativa, nos termos do § 2º do art. 57 da Constituição Federal, em 18/07/2019)

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA EM PLENÁRIO DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO.

3 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 459-B, DE 2017 (DO SENADO FEDERAL)

Continuação da discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 459-B, de 2017, que altera a Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados; tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com emendas (Relator: Dep. André Figueiredo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das emendas da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Dep. André Figueiredo); e tendo parecer reformulado proferido em Plenário: da Comissão de Finanças e Tributação, não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação (Relator: Dep. Alexandre Leite); e da pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa **(Relator: Dep. Alexandre Leite).** (NT 62 e T 64)

APROVADO O RQU N° 9.249/18, EM 20/11/18.

8 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 461, DE 2017 (DO SENADO FEDERAL)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 461, de 2017, que dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços descritos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 10.04, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Pendente de parecer da Comissão Especial. (NT 62 e T 64). Tendo apensado o PLP nº 485/18.

APROVADO O RQU N° 8.633/18, EM 23/05/18.

10 - PROJETO DE LEI N° 1.292-C, DE 1995 (DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.292-C, de 1995, que altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências; tendo parecer da Comissão Especial pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação deste, dos de nºs 4.161/93, 4.388/94, 6/95, 662/95, 737/95, 850/95, 920/95, 1.111/95, 1.454/96, 1.493/96, 1.494/96, 1.495/96, 1.497/96, 1.499/96, 2.234/96, 2.235/96, 2.605/96, 3.040/97, 3.841/97, 1.468/99, 1.525/99, 2.413/00, 3.219/00, 3.734/00, 3.806/00, 6.957/02, 1.558/03, 1.587/03, 6.894/06, 6.944/06, 905/07, 1.504/07, 1.794/07, 3.146/08, 4.809/09, 5.036/09, 5.073/09, 5.195/09, 5.348/09, 5.461/09, 5.711/09, 5.884/09, 6.023/09, 6.136/09, 6.218/09, 6.242/09, 6.429/09, 6.496/09, 2/11, 725/11, 822/11, 1.783/11, 2.296/11, 2.465/11, 2.486/11, 2.603/11, 2.980/11, 3.464/12, 3.576/12, 3.656/12, 3.757/12, 3.774/12, 3.898/12, 3.918/12, 4.003/12, 4.114/12, 4.188/12, 4.704/12, 5.008/13, 5.365/13, 5.418/2013, 5.970/13, 6.210/13, 6.594/13, 6.751/13, 6.758/13, 6.926/13, 7.567/14, 7.894/14, 8.179/14, 614/15, 977/15, 983/15, 1.114/15, 363/15, 1.747/15, 1.821/15, 2.201/15, 2.301/15, 2.878/15, 3.056/15, 3.087/15, 3.850/15, 4.190/15, 4.225/15, 4.575/16, 4.886/16, 5.144/16, 5.772/16, 5.871/16, 6.530/16, 6.814/17, 6.820/17, 6.956/17, 7.635/17, 8.333/17, 8.474/17, 9.401/17, 9.536/18, 9.803/18, 9.877/18, 9.916/18, 10.086/18, 10.384/18, 10.489/18, 10.955/18 e 11.016/18, apensados; e das Emendas de nºs 2/95 ao PL 662/95, 1/96 ao PL 1.292/1995, 2, 3, 4 e 5/99 ao PL 1.292/95, apresentadas na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com Substitutivo; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela rejeição dos de nºs 220/95, 227/95, 246/95, 418/95, 1.252/95, 1.253/95, 1.404/96, 1.414/96, 1.490/96, 1.491/96, 1.498/96, 1.500/96, 1.501/96, 1.901/96, 2.022/96, 2.023/96, 2.233/96, 2.236/96, 2.237/96, 2.238/96, 2.548/96, 3.117/97, 3.302/97, 3.398/97, 3.603/97, 3.735/97, 1.149/99, 1.150/99, 1.715/99, 1.986/99, 2.525/00, 2.622/00, 2.890/00, 3.232/00, 3.787/00, 3.790/00, 4.001/01, 4.521/01, 6.932/02, 125/03, 175/03, 1.075/03, 2.304/03, 2.464/03, 3.407/04, 3.485/04, 3.992/04, 4.222/04, 4.579/04, 5.079/05, 5.895/05, 6.910/06, 7.208/06, 7.353/06, 7.677/06, 281/07, 385/07, 386/07, 830/07, 1.251/07, 1.810/07, 3.613/08, 4.432/08, 6.439/09, 6.457/09, 7.023/10, 7.069/10, 7.612/10, 2.444/11, 2.682/11, 2.740/11, 3.274/12, 3.339/12, 3.354/12, 3.378/12, 3.719/12, 3.750/12, 3.913/12, 4.117/12, 4.249/12, 4.269/12, 4.729/12, 4.916/12, 4.946/13, 5.058/13, 5.687/13, 5.874/13, 6.046/13, 6.420/13, 7.053/14, 7.530/14, 1.758/15, 4.309/16, 4.359/16, 4.783/16, 5.027/16, 5.216/16, 5.672/16, 5.810/16, 5.976/16, 6.301/16, 6.507/16, 7.228/17, 7.608/17, 8.052/17, 8.463/17, 8.684/17, 9.245/17, 9.732/18, 9.790/18, 10.072/18, 10.101/18, 10.415/18, 10.428/18, 10.885/18 e 10.890/18, apensados, e das Emendas de nºs 1/95 ao PL 4.161/93, 1/95 ao PL 662/95, 3/95 ao PL 662/1995, e 1/99 ao PL 1.292/1995, apresentadas na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e pela constitucionalidade e injuridicidade; e pela adequação financeira e orçamentária dos de nºs 1.365/95, 1.413/96, 1.492/96, 2.518/96, 2.519/96 e 482/07, apensados (Relator: Dep. João Arruda). (T62 e T64). Tendo apensados (252) os PLs nºs 4.161/93, 4.388/94, 6/95, 220/95, 227/95, 246/95, 418/95, 662/95, 737/95, 850/95, 920/95, 1.111/95, 1.252/95, 1.253/95, 1.365/95, 1.404/96, 1.413/96, 1.414/96, 1.454/96, 1.490/96, 1.491/96, 1.492/96, 1.493/96, 1.494/96, 1.495/96, 1.497/96, 1.498/96, 1.499/96, 1.500/96, 1.501/96, 1.901/96, 2.022/96, 2.023/96, 2.233/96, 2.234/96, 2.235/96, 2.236/96, 2.237/96, 2.238/96, 2.518/96, 2.519/96, 2.548/96, 2.605/96, 3.040/97,

3.117/97, 3.302/97, 3.398/97, 3.603/97, 3.735/97, 3.841/97, 1.149/99, 1.150/99, 1.468/99, 1.525/99, 1.715/99, 1.986/99, 2.413/00, 2.525/00, 2.622/00, 2.890/00, 3.219/00, 3.232/00, 3.734/00, 3.787/00, 3.790/00, 3.806/00, 4.001/01, 4.521/01, 6.932/02, 6.957/02, 125/03, 175/03, 1.075/03, 1.558/03, 1.587/03, 2.304/03, 2.464/03, 3.407/04, 3.485/04, 3.992/04, 4.222/04, 4.579/04, 5.079/05, 5.895/05, 6.894/06, 6.910/06, 6.944/06, 7.208/06, 7.353/06, 7.677/06, 281/07, 385/07, 386/07, 482/07, 830/07, 905/07, 1.251/07, 1.504/07, 1.794/07, 1.810/07, 3.146/08, 3.613/08, 4.432/08, 4.809/09, 5.036/09, 5.073/09, 5.195/09, 5.348/09, 5.461/09, 5.711/09, 5.884/09, 6.023/09, 6.136/09, 6.218/09, 6.242/09, 6.429/09, 6.439/09, 6.457/09, 6.496/09, 7.023/10, 7.069/10, 7.612/10, 2/11, 725/11, 822/11, 1.783/11, 2.296/11, 2.444/11, 2.465/11, 2.486/11, 2.603/11, 2.682/11, 2.740/11, 2.980/11, 3.274/12, 3.339/12, 3.354/12, 3.378/12, 3.464/12, 3.576/12, 3.656/12, 3.719/12, 3.750/12, 3.757/12, 3.774/12, 3.898/12, 3.913/12, 3.918/12, 4.003/12, 4.114/12, 4.117/12, 4.188/12, 4.249/12, 4.269/12, 4.704/12, 4.729/12, 4.916/12, 4.946/13, 5.008/13, 5.058/13, 5.365/13, 5.418/13, 5.687/13, 5.874/13, 5.970/13, 6.046/13, 6.210/13, 6.420/13, 6.594/13, 6.751/13, 6.758/13, 6.926/13, 7.053/14, 7.530/14, 7.567/14, 7.894/14, 8.179/14, 614/15, 977/15, 983/15, 1.114/15, 1.363/15, 1.747/15, 1.758/15, 1.821/15, 2.201/15, 2.301/15, 2.878/15, 3.056/15, 3.087/15, 3.850/15, 4.190/15, 4.225/15, 4.309/16, 4.359/16, 4.575/16, 4.783/16, 4.886/16, 5.027/16, 5.144/16, 5.216/16, 5.672/16, 5.772/16, 5.810/16, 5.871/16, 5.976/16, 6.301/16, 6.507/16, 6.530/16, 6.814/17, 6.820/17, 6.956/17, 7.228/17, 7.608/17, 7.635/17, 8.052/17, 8.333/17, 8.463/17, 8.474/17, 8.684/17, 9.245/17, 9.401/17, 9.536/18, 9.732/18, 9.790/18, 9.803/18, 9.877/18, 9.916/18, 10.072/18, 10.086/18, 10.101/18, 10.384/18, 10.415/18, 10.428/18, 10.489/18, 10.885/18, 10.890/18, 10.955/18, 11.016/18, 11.200/18, 11.274/18, 100/19, 264/19, 411/19, 412/19, 478/19, 514/19, 821/19, 513/19 e 829/19 e 996/19.

Quarta-feira, 11/09/2019

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - CCJC REUNIÃO ORDINÁRIA Plenário 01 Às 09h30

4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 917/2018 - do Sr. Pompeo de Mattos - que "susta o Inciso 7 do Artigo 34 da Resolução nº 3056, de 12 de março de 2009, da Agência Nacional de Transportes Terrestres e os atos administrativos praticados para aplicação deste dispositivo".

RELATOR: Deputado FÁBIO TRAD.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes.

14 - PROJETO DE LEI Nº 3.955/2012 - do Senado Federal - Clésio Andrade - (PLS 38/2011) - que "altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que "dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências", para tornar obrigatória a divulgação, no Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) e na nota fiscal, da quantidade de emissão dos gases poluentes e de gás carbônico (CO₂), gás de efeito estufa, emitidos na atmosfera pelos veículos automotores".

RELATOR: Deputado ALCEU MOREIRA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, das Emendas da Comissão de Viação e Transportes e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

18 - PROJETO DE LEI Nº 3.665/2015 - do Sr. Vinicius Carvalho - que "acrescenta o artigo 218-A a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - que dispõe sobre penalidade por excesso de velocidade".

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - CSSF
REUNIÃO ORDINÁRIA
Plenário 07
Às 09h30

18 - PROJETO DE LEI Nº 4.269/2016 - do Sr. João Derly - que "acrescenta dispositivos ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a contribuição previdenciária das empresas que contratarem pessoas com deficiência". (Apensados: PL 6565/2016 e PL 8400/2017)

RELATORA: Deputada FLÁVIA MORAIS.

PARECER: pela aprovação do PL 4269/2016 e do PL 6565/2016, apensado, com substitutivo, e pela rejeição do PL 8400/2017, apensado.

21 - PROJETO DE LEI Nº 4.865/2016 - do Sr. Diego Andrade - que "altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - para dispor sobre a possibilidade do menor trabalhar no mesmo local de seus pais ou responsáveis legais".

RELATOR: Deputado DIEGO GARCIA.

PARECER: pela rejeição.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT
REUNIÃO ORDINÁRIA
Plenário 04
Às 10h00

4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 275/2019 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 699/2018) - que "aprova o texto do Acordo sobre Transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista do Vietnã, assinado em Hanói, em 11 de setembro de 2017".

RELATOR: Deputado EDUARDO CURY.

PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação.

19 - PROJETO DE LEI Nº 4.303/2012 - do Sr. Laercio Oliveira - que "altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para criar e disciplinar a sociedade anônima simplificada (SAS)".

RELATOR: Deputado CELSO MALDANER.

PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.303/2012 e da Emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.

22 - PROJETO DE LEI Nº 323/2015 - do Sr. Jorge Solla - que "dispõe sobre a responsabilidade das empresas pela lavagem dos uniformes usados por seus empregados".

RELATOR: Deputado OTTO ALENCAR FILHO.

PARECER: pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 323/2015, da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC
REUNIÃO ORDINÁRIA
Plenário 09
Às 10h00

3 - REQUERIMENTO Nº 86/2019 - do Sr. Padre João - que "requer seja encaminhado ofício à ANTT, para fins de retificação do Aviso de Audiência Pública Nº10/20019, publicado no Diário Oficial da União no dia 17 de julho de 2019 e inclusão de audiências públicas nas cidades de João Monlevade, para ouvir os interessados dos Municípios do Médio Piracicaba, e em Ipatinga para ouvir os interessados dos Municípios do Vale do Aço, com o objetivo de tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade para Concessão da Rodovia BR-262/381/MG/ES"

4 - REQUERIMENTO Nº 87/2019 - do Sr. Padre João - que "requer a realização de visita técnica e realização de reunião Pública para debater a situação das obras de duplicação, de concessão e acidentes da BR-262/381/MG/ES."

7 - PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 73/2016 - da Sra. Laura Carneiro - que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC) realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização com o objetivo de verificar a ocorrência de possíveis irregularidades no uso dos recursos do Seguro de Dados Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT".

RELATOR: Deputado HUGO MOTTA.

RELATÓRIO FINAL: pelo encerramento e arquivamento.

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA
AMAZÔNIA - CIDRA
REUNIÃO ORDINÁRIA
Plenário 15
Às 10h00

5 - PROJETO DE LEI Nº 10.454/2018 - do Senado Federal - Elmano Férrer - (PLS 67/2017) - que "institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Parnaíba".

RELATOR: Deputado PAULO GUEDES.

PARECER: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - CTASP
REUNIÃO ORDINÁRIA
Plenário 12
Às 10h00

4 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.101/2018 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 140/2017) - que "aprova o texto da Convenção sobre Trabalho Marítimo - CTM, 2006, aprovado durante a 94ª Conferência Internacional do Trabalho, assinado em Genebra, em 7 de fevereiro de 2006, conforme as Emendas à Convenção sobre Trabalho Marítimo aprovadas durante a 103ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 11 de junho de 2014".

RELATOR: Deputado ISNALDO BULHÕES JR..

PARECER: pela aprovação.

7 - PROJETO DE LEI Nº 7.832/2014 - da Comissão de Legislação Participativa - (SUG 103/2013) - que "altera a Lei nº 10.790, de 28 de novembro de 2003, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório, para ampliar o âmbito material, temporal e pessoal da anistia".

RELATOR: Deputado DANIEL ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

9 - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 279/2016 - do Poder Executivo - que "autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do Matopiba".

RELATOR: Deputado DANIEL ALMEIDA.

PARECER: pela aprovação.

16 - PROJETO DE LEI Nº 7.164/2014 - da Sra. Iracema Portella - que "altera o art. 135 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre hipótese de dispensa de aviso prévio de férias".

RELATOR: Deputado PEDRO LUCAS FERNANDES.

PARECER: pela aprovação, com emenda.

18 - PROJETO DE LEI Nº 3.016/2015 - do Sr. Laercio Oliveira - que "modifica o art. 2º da Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a norma referente aos Programas de Participação nos Lucros ou Resultados, para orientar a participação das entidades sindicais nos casos de empresas com múltiplas atividades ou filiais.

RELATOR: Deputado LUCAS VERGILIO.

PARECER: pela aprovação deste e da Emenda nº 1/19 da CTASP, com substitutivo.

**COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES - CVT
CONVOCAÇÃO MINISTRO
Plenário 11
Às 11h00**

TEMA: "Preço do óleo diesel, Avgas, querosene de aviação, cartão caminhoneiro"

Comparecimento do Senhor **Bento Albuquerque** - Ministro de Estado de Minas e Energia.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO -
CSPCCO
REUNIÃO ORDINÁRIA
Plenário 06
Às 14h00**

2 - REQUERIMENTO Nº 131/2019 - do Sr. Alexandre Leite - que "requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 9902/2018, que acresce o art. 10-A à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e revoga o inciso XI do art. 8º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, para instituir a possibilidade de embarque armado, em aeronaves civis, ao detentor de porte de arma de fogo na forma da lei, além de atribuir competência à Polícia Federal".

6 - PROJETO DE LEI Nº 194/2019 - do Sr. Roberto de Lucena - que "disciplina o fornecimento de dados captados por circuito fechado de televisão".

RELATOR: Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

12 - PROJETO DE LEI Nº 8.274/2017 - do Sr. Cabo Sabino - que "altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, para obrigar os estabelecimentos financeiros a possuir circuito fechado de televisão que atenda aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Departamento de Polícia Federal, devendo as imagens ser armazenadas por, no mínimo, sessenta dias" (Apensados: PL 8828/2017, PL 8706/2017, PL 8853/2017, PL 9264/2017 e PL 794/2019)

RELATOR: Deputado VINICIUS CARVALHO.

PARECER: pela aprovação deste e do PL 9264/2017, apensado, na forma do substitutivo, e pela rejeição do PL 8706/2017, do PL 8828/2017, do PL 8853/2017, e do PL 794/2019, apensados.

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E MONITORAR A
CONCLUSÃO DAS OBRAS PÚBLICAS PARALISADAS E INACABADAS NO PAÍS**

COMISSÃO EXTERNA OBRAS INACABADAS NO PAÍS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Plenário 12

Às 13h30

TEMA: "Discussão e Votação de Propostas e Audiência Pública".

- ✓ Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea);
- ✓ Conselho De Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR);
- ✓ Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE);
- ✓ Associação Sergipana dos Empresários de Obras Públicas e Privadas - ASEOPP; E
- ✓ Tribunal De Contas Da União - TCU.

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO
PROJETO DE LEI Nº 2303, DE 2015, DO SR. AUREO, QUE
"DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DAS MOEDAS VIRTUAIS E
PROGRAMAS DE MILHAGEM AÉREAS NA DEFINIÇÃO DE
'ARRANJOS DE PAGAMENTO' SOB A SUPERVISÃO DO BANCO
CENTRAL" (ALTERA A LEI Nº 12.865, DE 2013 E DA LEI 9.613,
DE 1998)**

PL 2303/15 - BANCO CENTRAL REGULAR MOEDAS VIRTUAIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Plenário 14

Às 14h00

Audiência pública

Convidados:

- ✓ **Antônio Carlos Ferreira de Sousa** - Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF;
- ✓ **Otávio Ribeiro Damaso** - Diretor de Regulação do Banco Central - BACEN;
- ✓ **Marilena Lazzarini** - Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC;
- ✓ **Marcos Cintra** - Secretário Especial da Receita Federal;
- ✓ **Marcelo Freitas Miranda** - Representante da FlowBTC;
- ✓ Representante do Ministério da Economia
- ✓ Representante do Procon do Distrito Federal; e
- ✓ Representante do Ministério da Justiça;
- ✓ Representante da Associação Brasileira de Criptoconomia (ABCripto);
- ✓ Representante do Grupo Banco Bitcoin.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER - CMULHER
REUNIÃO ORDINÁRIA
Plenário 14
Às 15h00

4 - PROJETO DE LEI Nº 645/2019 - do Sr. Vander Loubet - que "concede benefícios tributários a empresas que contratem trabalhadoras que sejam mães de crianças de até 14 anos de idade".

RELATORA: Deputada FERNANDA MELCHIONNA.

PARECER: pela aprovação, com substitutivo.

Quinta-feira, 12/09/2019

PLENÁRIO
Às 09h00

5 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 949-A, DE 2018 (DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL) Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 949-A, de 2018, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço Relativo a Serviços Aéreos Regulares, assinado em Brasília, em 8 de julho de 2013; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (**Relator: Dep. Gonzaga Patriota**). Pendente de parecer da Comissão de Viação e Transportes. (NT 62 e NT 64) Avocado nos termos do art. 52, § 6, do RICD.

6 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.158-A, DE 2018 (DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL) Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.158-A, de 2018, que aprova o texto do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAIL), celebrado em Pequim, em 29 de junho de 2015, juntamente com a documentação complementar ao texto do Acordo Constitutivo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAIL), celebrado em Pequim, República Popular da China, em 29 de junho de 2015; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (**Relator: Dep. Rubens Bueno**). Pendente de parecer das Comissões de: Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e Finanças e Tributação. (NT 62 e NT 64) Avocado nos termos do art. 52, § 6, do RICD.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - CCJC
REUNIÃO ORDINÁRIA
Plenário 01
Às 14h00

1 - REQUERIMENTO Nº 86/2019 - do Sr. Felipe Francischini - (MSC 59/2008) - que "requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para debater sobre a Mensagem nº 59/2008 (Convenção nº 158/1982 da OIT)"; com a presença dos seguintes expositores: Professor José Pastore; Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Presidente da Confederação Nacional da Indústria; **Presidente da Confederação Nacional do Transporte**; Presidente da Confederação Nacional do Sistema Financeiro; Secretário Especial de Previdência e Trabalho e o Procurador Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho.

15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 273/2019 - da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 653/2018) - que "aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, assinado em Colombo, em 5 de dezembro de 2017".

RELATOR: Deputado SANDERSON.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

17 - PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 264/2017 - do Sr. Lucas Vergilio - que "dá nova redação à alínea "c" do inciso VI do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Amplia as competências da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, incluindo entre suas atribuições as concernentes aos serviços de transporte aéreo.

RELATOR: Deputado HERCULANO PASSOS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

22 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 323/2011 - do Sr. Giacobbo - que "susta a aplicação da Resolução nº 282, de 26 de junho de 2008, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN".

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Susta a aplicação da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito, que estabelece critérios para a regularização da numeração de motores dos veículos registrados ou a serem registrados no País.

RELATOR: Deputado FABIO SCHIOCHET.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste e da Emenda da Comissão de Viação e Transportes.

32 - PROJETO DE LEI Nº 5.419/2013 - do Senado Federal - Ivo Cassol - (PLS 353/2011) - que "altera o art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços atualizados na página eletrônica da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANF)".

RELATOR: Deputado DELEGADO WALDIR.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, da Emenda da Comissão de Defesa do Consumidor e da Emenda da Comissão de Minas e Energia.

35 - PROJETO DE LEI Nº 5.660/2016 - do Senado Federal - Acir Gurgacz - (PLS 140/2015) - que "acrescenta art. 17-A à Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para proibir a exigência de experiência prévia para a seleção de estagiário".

RELATOR: Deputado POMPEO DE MATTOS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda de redação.

46 - PROJETO DE LEI Nº 6.440/2013 - do Sr. Hugo Leal - que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "Institui o Código de Trânsito Brasileiro", para estabelecer que o proprietário de veículo poderá optar pelo recebimento de notificações por via eletrônica".

RELATOR: Deputado LUIZÃO GOULART.

PARECER: pela constitucionalidade e injuridicidade deste e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes.

49 - PROJETO DE LEI Nº 1.941/2015 - do Sr. Luis Tibé - que "acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proibição de revista íntima nos empregados nos locais de trabalho".

RELATOR: Deputado CHIQUINHO BRAZÃO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

56 - PROJETO DE LEI Nº 5.993/2016 - do Sr. Felipe Bornier - que "obriga a prestação de informação digital, em tempo real, dos locais e horários dos meios de transportes coletivos". (Apensado: PL 6547/2016)

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 12.587, de 2012.

RELATORA: Deputada CLARISSA GAROTINHO.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e má técnica legislativa deste e do Projeto de Lei nº 6.547/2016, apensado; e pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

64 - PROJETO DE LEI Nº 8.983/2017 - do Sr. Delegado Waldir - que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para desvinculando a emissão do licenciamento do automóvel do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores -IPVA e vedando a apreensão e a remoção de veículos automotores por motivo de débitos tributários".

RELATOR: Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS.

PARECER: pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo; e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes.